

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-790-1 DOI 10.22533/at.ed.901192111</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SAÚDE PÚBLICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E DIREITO	
Izadora Ribeiro Silva Costa Lina Maria Brandão de Aras	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111	
CAPÍTULO 2	13
O CORPO E O GÊNERO NO CURRÍCULO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE	
Murilena Pinheiro de Almeida Marco Antonio Leandro Barzano Cleyde Oliveira de Castro Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cenair Felini Soares	
DOI 10.22533/at.ed.9011921112	
CAPÍTULO 3	28
O SILENCIAMENTO DA DOR: FEMINICÍDIO NA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2018	
Fadja Mariana Fróes Rodrigues Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.9011921113	
CAPÍTULO 4	40
OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES: UMA RELAÇÃO VISCERAL	
Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa Tainá Rocha dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9011921115	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL	
Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9011921116	
CAPÍTULO 6	64
POR UMA DRAMATURGIA FEMINISTA: JORNADAS DE F(R)ICÇÃO	
Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra	
DOI 10.22533/at.ed.9011921117	
CAPÍTULO 7	74
PARTEIRAS E DOULAS BRASILEIRAS: AUTONOMIA E ARTICULAÇÕES FEMINISTAS EM REDE	
Danielle Andrade Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9011921118	

CAPÍTULO 8	87
OS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DO USO ABUSIVO DO ÁLCOOL E AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE MULHERES ADULTAS	
Ana Paula Almeida dos Santos	
Rafael Antonio Oiticica de Miranda	
Alexandra Soares dos Santos	
José Euclimar Xavier de Menezes	
Marcos Moura Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.9011921119	
CAPÍTULO 9	96
RELAÇÕES DE GÊNERO E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS: NEGOCIAÇÕES, LIMITES E O PROTAGONISMO FEMININO	
Suzianne Jackeline Gomes dos Santos	
Mary Alves Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9011921110	
CAPÍTULO 10	108
REPERCUSSÕES HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
José Renato Santos de Oliveira	
Ingrid de Souza Silva	
Tatiane Pina Santos Linhares	
Tatiana Tarrão dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111	
CAPÍTULO 11	119
“SOMOS HUMANOS NA RUA”: USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ATENDIDOS PELO PROJETO PONTO DE CIDADANIA	
Alexandra Soares dos Santos	
Ana Paula Almeida dos Santos	
Rafael Antonio Oiticica de Miranda	
Sueli Jesus Santana	
Mônica Coutinho Cerqueira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9011921112	
CAPÍTULO 12	127
SEGREGAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS DE 2002 E 2014	
Débora Juliene Pereira Lima	
Ana Márcia Rodrigues da Silva	
Edna Raimunda Teodoro	
DOI 10.22533/at.ed.9011921113	
CAPÍTULO 13	138
TERRITÓRIO DE NARRATIVAS: LOCAIS DESTINADOS ÀS MULHERES NOS DISCURSOS PRODUZIDOS NOS MUSEUS DO CENTRO HISTÓRICO BELENENSE	
Sílvia Raquel de Souza Pantoja	
Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9011921114	

CAPÍTULO 14	148
TRABALHO, POLÍTICA E GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA E O RESGATE DO FEMINISMO	
Fernanda Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.90119211115	
CAPÍTULO 15	158
TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERAS(OS) EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: NORMATIVAS BRASILEIRAS	
Gabriela Bothrel Echeveria	
Vivianny Kelly Galvão	
Verônica Teixeira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.90119211116	
CAPÍTULO 16	169
VADIAGENS DA CIÊNCIA-EXPERIÊNCIA: GINGANDO NUMA RODA MULTIRREFERENCIAL COM CAROLINA DE JESUS, INAICYRA FALCÃO E ELZA SOARES	
Régia Mabel da Silva Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.90119211117	
CAPÍTULO 17	178
UM CORPO NEGRO EM DIÁSPORA NA PRODUÇÃO DE UMA ATENÇÃO À SAÚDE FEMINISTA E ANTIRRACISTA	
Lais Alves Porto	
DOI 10.22533/at.ed.90119211118	
CAPÍTULO 18	184
MULHERES NA LUTA POR PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA RECENTE EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE)	
Itanamara Guedes Cavalcante	
Maria do Carmo Santos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111819	
CAPÍTULO 19	196
SAÚDE INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: DESAFIO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Divanise Suruagy Correia	
João Klínio Cavalcante	
Laura Marques Angelo Neto	
Maria das Graças Monte Mello Taveira	
Viviane Maria Cavalcante Tavares	
Sandra Lopes Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111820	
SOBRE A ORGANIZADORA	207
ÍNDICE REMISSIVO	208

REPERCUSSÕES HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Renato Santos de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia, Campus VII,
Senhor do Bonfim - Bahia

Ingrid de Souza Silva

Universidade do Estado da Bahia, Campus VII,
Senhor do Bonfim - Bahia

Tatiane Pina Santos Linhares

Docente da Universidade do Estado da Bahia,
Campus VII, Senhor do Bonfim -Bahia

Tatiana Tarrão dos Santos

Psicóloga do NASF, Senhor do Bonfim - Bahia

RESUMO: Historicamente no Brasil, a homossexualidade foi vista pela sociedade e Psicologia como doença ou desajustamento. Assim a perspectiva de construção social do gênero e da sexualidade é questionada por ser considerada disruptiva à família conservadora, não devendo ser tratada na escola. **Objetivos:** compreender os estigmas que envolvem a sexualidade no ambiente educacional. **Justificativa:** o trabalho acerca dessa temática se faz indispensável para uma melhor compreensão da homossexualidade no ambiente escolar, além do entendimento das diferentes formas de discriminação, violência, preconceitos e doutrinação heteronormativa, presentes nos discursos e comportamentos de alunos e professores, pertencentes a um núcleo escolar inserido no interior da Bahia. **Métodos:**

Relato de experiência: vivências de um projeto de extensão com temáticas sugeridos por alunos e professores. Gerado de ações disparadoras (apresentações de curta metragem), permitindo a inserção do público alvo nas discussões. Ano: 2017 e meados de 2018; Participantes: docente e discentes do curso de Enfermagem da UNEB, Campus VII, em uma unidade escolar da rede estadual de ensino, Senhor do Bonfim-BA. **Resultados:** A temática estimulou a reflexão frente a ações discriminatórias presente no ambiente escolar e na sociedade, discriminação exposta a partir dos discursos dos alunos ao serem confrontados com opiniões e relatos que divergem da dimensão patriarcal e heteronormativas. **Conclusão:** A abordagem da temática na escola ajuda no processo educativo de convivência com a diversidade sexual e de gênero, além de contribuir para o processo de humanização, rompendo estigmas e formando um cidadão/ã consciente das relações sociais. **PALAVRAS-CHAVE:** Escola, Diversidade e Sexualidade.

HOMOSEXUAL REPERCUSSIONS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: Historically in Brazil, homosexuality has been viewed by society and psychology

as a disorder or unbalanced. So a social construction perspective of gender and sexuality is questioned because it is considered disruptive in a conservative family, not being treated at school. **Goals:** Understand the stigmas surrounding a sexuality in a educational environment. **Justification:** work on this theme is indispensable for a better understanding of homosexuality at school, beyond the understanding of the different ways of discrimination, violence, prejudice and heteronormative indoctrination of the discourse and behavior of students and teachers belonging to a school core in a town from Bahia. **Methods:** Experience reported: experiences of an extension project with themes suggested by students and teachers. Generated triggering actions (short presentations), allowing the inclusion of the target audience in the discussions. Year: 2017 and mid 2018; **Participants:** professor and students of UNEB Nursing Course, Campus VII, in a school unit, Senhor do Bonfim-BA. **Results:** The theme stimulated reflection on discriminatory actions present in the school environment and in society, discrimination exposed from students' discourses when confronted with opinions and reports that differ from the patriarchal and heteronormative dimension. **Conclusion:** The approach of the theme in school helps in the educational process of living with sexual and gender diversity, besides contributing to the humanization process, breaking stigma and forming a citizen aware of social relations.

KEYWORDS: School, Diversity and Sexuality

INTRODUÇÃO

Ao longo de nossa história a depender do momento histórico, dos valores sociais estabelecidos e dos costumes, a sexualidade e as relações homoafetivas e sexuais tiveram significados diferentes (FARIAS, 2010).

A homossexualidade foi uma invenção da sociedade burguesa europeia do século XIX, uma realidade linguística, cultural e política, não uma essência ou fato natural, um conjunto de definições conceituais inventadas, carregadas por preconceitos da época, como também com as intenções político-econômicas da sociedade capitalista cristã (FERRARI e BARBOSA, 2014).

Por volta do século XX a psicologia teve um papel central na legitimação e na perpetuação do estigma relacionado às orientações não heterossexuais, uma vez que à interpretação dominante da psicologia e da psiquiatria a respeito da homossexualidade, auxiliaram no reconhecimento e manutenção da homossexualidade como doença. O “homossexualismo” era descrito primeiro como um transtorno de personalidade e em seguida como um transtorno de identidade sexual. Tal condição foi descrita nas duas primeiras edições do manual diagnóstico de doenças psiquiátricas da Associação de Psiquiatria Americana (APA) (COSTA e NARDI, 2015).

Somente em 1973, em virtude da falta de bases empíricas que associavam a homossexualidade a indicadores de transtornos psicológicos e devido às pressões

do movimento pelos direitos sexuais LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transexuais) a homossexualidade é retirada da categoria diagnóstica de doença pela APA e então retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (FARIAS, 2010; COSTA e NARDI, 2015).

Com advento de tais mudanças em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu que a homossexualidade não deveria ser considerada doença (FARIAS, 2010). Dentre as mudanças significativas, temos a alteração do termo “homossexualismo” para “homossexualidade”, modificando o significado trazido pelo sufixo “ismo”, relativo à doença, para a ideia do sufixo “dade” de “modo de ser” (FARIAS, 2010).

Posteriormente o termo homossexualismo deu lugar ao termo homofobia, o qual é amplamente utilizado para definir violência contra a população homossexual. “Homofobia é o pavor de estar próximo a homossexuais – e no caso dos próprios homossexuais, auto aversão”. Historicamente ao ser estabelecida, a definição de homofobia agravou a situação, uma vez que muitas cortes permitiram agressores (“anti-homossexuais”) reivindicar que suas ações se deviam a transtornos psicológicos proveniente de uma homossexualidade latente e reprimida, diminuindo a responsabilidade individual para as consequências do preconceito, reconhecendo o comportamento discriminatório como imutável e inevitável, encorajando a manutenção da ocorrência (COSTA e NARDI, 2015).

Nessa perspectiva o reconhecimento de direitos sexuais da população LGBT na Europa e na América do Norte desenvolve-se a partir de demandas que invocam o direito à privacidade e o direito de não sofrer discriminação, tratando da não-intromissão estatal ou de terceiros nas escolhas e práticas individuais (RIOS, nd). Percebe-se que nas últimas décadas o panorama construído é o do entendimento de que os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte dos direitos humanos, a vivência da sexualidade importa não apenas a liberdade e a autonomia, mas todo o conjunto de direitos de cidadania (BARSTED, 2005).

É notável que os mesmos estabelecem tensões históricas e remetem a temas que têm sido, por séculos, alvo de muitos embates na área dos direitos humanos (MATTAR, 2008). E através destes, devido a luta constante e significativas dos movimentos de mulheres e, mais recentemente, de grupos de pessoas LGBTQI+, em diferentes lugares do mundo, a herança cultural patriarcal e heteronormativa para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da população LGBTQI+ cedeu em partes mínimas (BORRILLO, 2009; MATTHEWS & ADAMS, 2008).

Todavia as pessoas com condição sexual que diverge dos padrões heteronormativos impostos em sociedade, sofrem não apenas discriminação, violações e violências físicas, bem como a omissão dos seus direitos sexuais e reprodutivos e a falta de posicionamentos e direcionamentos jurídicos relacionados a tal tema (HASSLER, 2010).

No contexto escolar essa discriminação, violência e perpetuação de preconceitos

se mantém forte, Rios (2017) apud Louro (2003, p. 57) reforça que a escola, desde a sua origem, entende e produz “diferenças, distinções, desigualdades” sociais, étnicas, geracional, de gênero, de orientação sexual dentre outras. Assim se reproduz a todo instante práticas educativas pautadas na heteronormatividade, onde por meio de métodos pune verbalmente e fisicamente e reforça a todo instante que a escola não é lugar para a diferença.

O atual cenário político brasileiro ainda coloca em risco vários avanços sociais no campo da afirmação dos direitos das mulheres e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais/transgêneros conquistados a partir do marco democrático de 1988. Atribuindo legalidade para que alguns segmentos sociais e políticos discordem que os temas da sexualidade e do gênero devam ser tratados na esfera pública, em espaços como a escola, ressaltando que assuntos relacionados à sexualidade são de ordem privada, restritos ao ambiente familiar (BRANDÃO, 2018).

Porém no ambiente familiar as questões de gênero sempre foram estereotipadas, “famílias tradicionais” ainda são receosas quanto a temática homossexualidade, quando a temática é trabalhada dentro do contexto escolar, esse grupo familiar tende a retrair-se e ir contrário a temática ali explanada (OLIVEIRA, 2017). Além de perseguir, intimidar, desqualificar e desmontar o modelo contrário a seus “valores”, estes grupos entendem que a perspectiva de construção social do gênero e da sexualidade pode ser questionada, pois a mesma é considerada disruptiva à família conservadora e não deve ser tratada no ambiente escolar.

A escola, enquanto instituição educativa, se estrutura a partir de discursos subordinados a um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças, responsável por reduzir à figura dos que não se adequem ao único modelo reconhecido pela heteronormatividade e pelos arsenais multifacetados a ela ligados, caracterizando o “diferente” como estranho, inferior, pervertido ou contagioso (RIOS, 2019).

É importante ressaltar que a escola nunca foi um território neutro, a mesma sempre foi um território de disputa, conflitos e de jogo de interesses, onde historicamente e atualmente prevalece a vontade da burguesia e Aquelxs que não se percebem dentro dos padrões e estereótipos de gênero sofrem com inúmeras retaliações em nome de uma suposta normatividade (RIOS, 2017 apud ARROYO, 2011).

Pesquisas sobre homossexualidades nas cidades pequenas do interior do Brasil são praticamente inexistentes, como se homossexualidade fosse uma questão urbana e metropolitana (FERRARI e BARBOSA, 2014). Nessa perspectiva o trabalho acerca dessa temática se faz indispensável para uma melhor compreensão da homossexualidade no ambiente escolar, além do entendimento das diferentes formas de discriminação, violência, preconceitos e doutrinação heteronormativa, presentes nos discursos e comportamentos de alunos e professores, pertencentes a um núcleo escolar inserido no interior da Bahia.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de um relato de experiência de um projeto de extensão da Universidade do estado da Bahia, Campus VII, intitulado “Educação Sexual nas escolas”, fundamentado na educação popular em saúde, visando as trocas de saberes, elucidações e direcionamentos frente as temáticas que envolvem a sexualidade.

Os temas sempre sugeridos por alunos e professores, sendo as temáticas adequadas para idade dos participantes. Desenvolvido em 2017 e meados 2018 durante as práticas do projeto de extensão “Educação Sexual nas Escolas”, em um colégio estadual no município de Senhor do Bonfim-BA.

Durante o curso das oficinas estiveram presentes uma psicóloga pertencente ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), uma docente e sete discentes do curso de Enfermagem da UNEB, Campus VII, bem como discentes e docentes da instituição alvo, totalizando no ano de 2017, 108 meninas e 137 meninos, e no ano de 2018, 88 meninas e 52 meninos, com faixa etária compreendida entre 14 e 20 anos, além de 10 docentes pertencentes a referida escola.

As ações foram desenvolvidas em 33 encontros por meio de oficinas com duração de 2 horas cada. O projeto utilizou como estratégias, ações disparadoras como apresentações de curta metragem, por exemplo o curta: ***Eu não Quero Voltar Sozinho***, um filme brasileiro dirigido por Daniel Ribeiro (2010) que conta a história de um adolescente deficiente visual que muda de vida totalmente com a chegada de um novo aluno em sua escola, decorrendo a partir daí a inocência da descoberta do amor entre dois adolescentes homossexuais.

Além do curta foram utilizados durante as oficinas recursos audiovisuais, como placas com os termos homofobia, homossexualidade, homossexualismo, homoafetividade, heteronormatividade, slides contendo definições de termos que envolvem a problemática, panfletos, banners, todos voltados a temática em questão, permitindo a partir destes recursos a inserção do público alvo nas discussões.

Em parceria com os professores da instituição alguns temas escolhidos foram trabalhados em sala de aula antes das oficinas. Com isso, anteriormente a abordagem temática, as problemáticas propostas foram utilizadas pelos docentes da instituição como base para produção de redações pelos alunos. Sendo então explanados pelos voluntários do projeto Educação Sexual nas Escolas acerca da temática, com uma certa facilidade, já que os alunos apresentavam uma melhor interação com o tema por já possuir questionamento e opiniões.

A temática então foi apresentada, as discussões foram realizadas a partir de indagação do que os adolescentes sabiam sobre sexualidade, da relação que tinham com colegas homossexuais, da aceitação familiar, da repercussão do tema no comportamento dos alunos dentro e fora da escola. Posteriormente foi exibido o curta, para que assim as opiniões fossem então expostas em debate. As plaquinhas

utilizadas serviram como ponto de partida e mediação para o debate. As contribuições verbais dos participantes das oficinas, são intitulados como: P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

RESULTADOS

Levado com temas norteadores a diversidade sexual, a homofobia e a questão das novas bases familiares no século XXI foi possível observar que os alunos do ensino médio, com idade entre 14 e 20 anos, possuem um bom embasamento referente as questões abordadas, mesmo que muitas vezes equivocadas, onde estes relataram as diversas formas de preconceitos (verbal, físicos e psicológicas) vivido por casais homossexuais, como também expõem o seus julgamentos morais perante a problemática.

Durante o curta os alunos demonstraram espanto ao perceber o relacionamento homoafetivo entre os dois meninos. Ao serem questionados sobre o vídeo, os mesmos ressaltaram:

P1: “O filme apresenta um relacionamento entre gays”;

P3: “É uma doença”;

P4: “São adolescente, os mesmos não conhecem o que é certo ou errado”.

Gay, viadinho, mulherzinha, bichinha, maricona são conceitos pejorativos que marcam e demarcam a vida e o corpo de meninos gays ainda na infância, no ambiente escolar e social (RIOS, 2017).

Em outras oficinas desenvolvidas na referida instituição de ensino, a partir da utilização de slides, o qual abordava temas ligados a sexualidade, alguns adolescentes se reservaram longe dos demais alunos e dos monitores do projeto, demonstrando o não interesse em participar da temática, quando questionado aos que se faziam ativos na discussão, sobre o motivo da não interação, os mesmos citaram:

P5: “Aqueles ali são evangélicos, não gostam de discutir estes temas na escola, pois dizem que só se defende o público gay”; evadindo-se do ambiente antes do fim da atividade;

P7: “Este tanto de doença (sexual), é culpa dos viado”.

A formas de preconceitos e discriminação atribuída *àquelxs* que rompem a heteronormatividade naturaliza a homofobia e faz com que indivíduos homossexuais vivenciem a experiência dos insultos, xingamentos e da agressão física como penalidade *àquelxs* classificadxs desviantes e diferentes (RIOS, 2019). Já que ao longo dos tempos, em diferentes contextos sociais e culturais, a homossexualidade

foi motivo de punição, vergonha, segregação e violência contra aqueles que rompem a barreira da heteronormatividade (RIOS, 2017).

Ao assistir os grupos existentes na escola (sua composição: homens e mulheres) foi perceptível que a homossexualidade no ambiente escolar é vivida de maneira diferente entre os indivíduos do sexo masculino e feminino, é notório que o indivíduo do sexo masculino é mais estigmatizado e atingido por preconceitos, fazendo com que muitas vezes o mesmo não saiba o grupo ao qual pertence, ver-se muito reclusão e exclusão por parte dos meninos relacionadas aos meninos homossexuais, nota-se uma inclusão dos indivíduos nos grupos femininos e suas companhias quase que exclusivamente femininas.

Quanto ao público feminino, na maioria dos casos, meninas homossexuais tendem a ser bem acolhidas, tanto por o público masculino, quanto o feminino, nota-se a presença das mesmas nos dois grupos, de maneira aceitável, porém algumas meninas ainda estabelecem distanciamento de meninos e meninas homossexuais, devido a crenças familiares e/ou religiosas que não permitem que determinados tabus sejam quebrados.

Percebe-se ainda que à segregação desenvolve uma necessidade integrativa por parte dos indivíduos homossexuais que são excluídos dos grupos de discentes, por vezes são expressadas tentativas de busca por atenção, é perceptível o aluno homossexual, principalmente do sexo masculino, a tentativa em ser o destaque naquele local, falando por vezes acima do tom, sendo o indivíduo de destaque do ambiente, atraindo para si a atenção das pessoas que estão ao seu redor, demonstrando uma necessidade crescente de ocupação do espaço que é seu por direito, de ser visto, compreendido, acolhido e respeitado como os demais indivíduos heterossexuais que ali estão.

Quanto às repercussões no ambiente escolar, as mesmas são transcritas por meio dos resultados negativos refletidos no ambiente escolar, retratado a partir índices de evasão escolar, desinteresse nas disciplinas ofertadas, conflitos com professores e colegas e agressividade com os familiares que não compreendem a sexualidade.

Nesse pensamento Nery e colaboradores (2014) salienta que estudantes que não relatam ter sido alvos da discriminação homofóbica avaliaram sua experiência escolar de forma positiva, enquanto que seus pares que experienciaram essa discriminação não avalia da mesma maneira.

Ainda nessa perspectiva podemos ressaltar a associação destes estigmas e conflitos familiares (que muitas vezes não sabe lidar com a sexualidade) ao uso abusivo e precoce de álcool, uma vez que os sujeitos da pesquisa encontram-se vulneráveis psicologicamente e socialmente, além de terem o acesso facilitado a esta droga lícita, fato esse que pode ser presenciado através da visualização do consumo de bebidas alcoólicas, tempo após o fim das atividades; através da reunião dos grupos de estudantes em uma praça pública próxima ao ambiente escolar.

Ao analisar o papel da família no desenvolvimento dos indivíduos homossexuais, percebemos que em sua maioria a família não se faz presente na vida do adolescente, uma vez que se mostram despreparados e cercados de tabus, repassando ao docente e demais membros da escola assistir e garantir o “aporte familiar”, o desenvolvimento cognitivo e social destes alunos, ficando evidente a não aceitação, a falta de preparo e os conflitos familiares, devido a não compreensão da orientação sexual destes indivíduos.

Ainda em conformidade com o que foi mencionado anteriormente é válido destacar as desigualdades socioeconômicas deste locus e seu público, uma vez que a escola a qual a temática foi trabalhada não possui mecanismos suficientes para oferecer suporte (psicológico, educacional) para com o grupo em questão (homossexuais), a mesma não detém de recursos econômicos e humanos suficientes para a resolução das necessidades relacionadas à sexualidade, já que se traduz em uma escola pública, com orçamento na maioria das vezes defasado, a qual educa alunos pertencentes a regiões rurais e áreas urbanas menos favorecidas economicamente (periferia), cercadas de pobreza, machismo, submissão, violência e ignorância, denegrindo a autonomia, usurpando os direitos, forçando os indivíduos homossexuais a assumir um tripulo comportamento perante a família, escola e sociedade.

Ao analisar a relação sexualidade e religião foi mencionado:

P2: “Não é coisa de Deus”;

P6: “O correto para estas pessoas é se manter em abstinência, já que Deus não criou o homem para casar-se com outro homem”;

Ao avaliar a relação aluno e professor, é notório que a mesma se desenvolve a partir dos valores morais que esse professor possui. É evidente a boa relação entre aluno homossexual e professor quando este é desrotulado de preconceitos e valores que segregam. Do mesmo modo quando o professor e os alunos heterossexuais são carregados de dogmas religiosos e valores morais que segregam, as relações destes tendem a ser conflituosas, fortalecendo doutrinas conservadoras excludentes, alavancando os índices de conflitos, agressões físicas e verbais e perpetuação de estigmas. Em alguns momentos durante as oficinas os professores se fizeram distantes do local da oficina e alguns quando se faziam presente era para controlar os ânimos e doutrinar os alunos que ali se faziam presentes.

DISCUSSÃO

Para Farias (2010) as formas de combate a diversidade sexual presentes em cada cultura influenciam a maneira como o sujeito lida com sua própria sexualidade,

modificando também a maneira como os mesmos acreditam que as demais pessoas deveriam se comportar. Para o autor na atualidade o preconceito é forte e enraizado em nossa cultura e determinados grupos sociais ainda acreditam que a homossexualidade é uma opção, em um cenário que a única opção consiste na escolha de contar ou não para a sociedade sobre seus desejos homossexuais, ao fato de querer ou não se assumir perante o social.

Rios (2017) salienta que criam-se artifícios que inviabilizam o sujeito homossexual de vivenciar com plenitude seus direitos como cidadão. Rios (2017) apud Scott (1986), Britzman (1996), Louro (1997) chamam atenção para o fato de que tanto a hetero quanto a homossexualidade são construções sociais e culturais e, não é algo determinado meramente por fatores biológicos.

Costa e Nardi (2015) diante dessa temática, ressaltam que resultados de pesquisas psicológicas no contexto anglo-saxão, sobretudo norte-americano relacionado a homofobia, expressam que: homens e mulheres têm atitudes similares em relação a mulheres homossexuais, mas homens tendem a ser mais preconceituosos em relação a homens homossexuais; mulheres tendem a ser menos preconceituosas do que homens; pessoas com idade mais avançada tendem a estigmatizar mais os indivíduos não heterossexuais do que aquelas de meia idade; uma maior escolaridade está associada a um menor grau de preconceito; pessoas que tiveram contato prévio com indivíduos não heterossexuais tendem a ser menos preconceituosas do que aquelas que nunca tiveram.

Para Santos (2012), para o homem é muito mais difícil conviver com um homossexual, devido ao receio e preconceito de ser comparado a um “gay”, cria-se uma barreira entre o heterossexual e o homossexual. No caso da mulher, as críticas em ter um amigo “homo” masculino são bem menores, mas ao ter uma amiga “lésbica” a situação muda, pois a amizade dar lugar a um suposto interesse afetivo, contudo, as recriminações recaem com mais fervor em cima do homem, favorecendo então na exclusão social destes grupos vulneráveis. Podemos então concluir que existe uma correlação entre o machismo e preconceito homossexual. Fato esse que pode justificar a exclusão de indivíduos homossexuais de grupos afetivos por indivíduos heterossexuais, principalmente do sexo masculino.

Rios (2017) esclarece que a escola se configura como um importante instrumento social de adestramento dos corpos, e assim, acabam por constituir as identidades de gênero e as formas de ser e de viver a masculinidade e a feminilidade, a homossexualidade e a heterossexualidade. Nesse ambiente os sujeitos “diferentes” acabam por criar mecanismos de sobrevivência dentro dos espaços escolares, por considerar que os mesmos são seus por direito.

Já Ferrari (2014) elucida que essa regulação cria a imagem de um homossexual “aceitável”, que geralmente é aquele que não se transforma em travesti, que não é promíscuo, que não faz sexo em locais públicos, que não desmunheca, que se previne contra contágios e que, sendo discreto, mas fora do “armário”, assume

relações estáveis nos moldes do casamento monogâmico heterossexual e assim passa a ser aceitável em todos os ambientes, inclusive no escolar.

Rios (2017) ainda reforça que os mitos, contemporâneos, criados em torno da homossexualidade, estabelecem noções normativas que atribuem à heterossexualidade o status de sexualidade estável e natural, portanto, “normal”, classificando como anormal toda e qualquer manifestação sexual ou de gênero fora dos padrões estabelecidos pela heteronormatividade.

No que tange a sexualidade no ambiente familiar, Nery (2015) ressalta que a família é o contexto ideal para formação desses indivíduos. No entanto, a forma como isso ocorre depende em muito das peculiaridades de cada família, que pode sentir-se despreparada para a abordagem do tema. Entende-se que manter uma comunicação harmoniosa e eficaz com o filho adolescente pode ser uma das tarefas de maior dificuldade que os pais podem enfrentar, é difícil lidar com a sexualidade de seus filhos quando eles próprios ainda são cercados de tabus e indefinições, alguns deles não possuem base teórica ou histórica para isso, já que, quando adolescentes, o assunto também foi negligenciado por seus pais.

Quando analisamos a relação da religião com a discriminação propiciada por alunos nesse ambiente, podemos ir de acordo com o pensamento de Santos (2012) que nos referênciamos que a perspectiva que os alunos e professores heterossexuais têm a respeito dos alunos homossexuais pode ser muito diversificada, dependendo de influências como família, religião e a sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos relatos expostos e dos resultados encontrados percebemos que a questão sexual no ambiente escolar, possui muitos viés negativos, ao discutir as possíveis soluções relacionadas às repercussões homossexuais no contexto escolar, deve-se primeiramente destacar a necessidade de oferta e capacitação de professores, que em sua maioria, mesmo sem preparo e conhecimentos relativo a sexualidade, atuam no cenário aqui discutido, procurando resolubilidade para demandas dos alunos homossexuais.

Necessitamos ainda romper as barreiras da discriminação e preconceito, geradas a partir da não compreensão da sexualidade. Faz-se importante a atuação das universidades, na oferta e incentivo de pesquisas relacionadas aos problemas aqui discutidos e dos serviços de saúde, o qual deve atuar em parceria com setor educação, garantindo o bem estar físico, mental e social destes indivíduos, já que a não elucidação das necessidades escolares relacionadas a homossexualidade, alavanca o número patologias e corrobora para o aumento do índice de suicídio.

Se faz importante ainda o envolvimento e capacitação da família nesse processo educacional, uma vez que temas que envolvem a sexualidade não é de

responsabilidade exclusiva da escola, dos profissionais de saúde e/ou da esfera governamental, cabe a todos de forma interdisciplinar a oferta de condições necessárias para o crescimento pessoal e psicológico destes indivíduos.

A abordagem da temática na escola ajuda no processo educativo de convivência com a diversidade sexual e de gênero, além de contribuir para o processo de humanização, rompendo estigmas e formando um cidadão/ã consciente das relações sociais a que está submetido.

REFERÊNCIAS

BARSTED, L.L. Conquistas da sexualidade no campo do direito. **Sexualidade - Gênero e Sociedade**, Ano XII, n. 23/24/25, p. 160-172, out. 2005.

Borrillo, D. A homofobia. In T. Lionço & D. Diniz (Eds.), **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio (pp. 14-46). Brasília: Letras Livres. EdUnB. (2009).

DOS SANTOS, Vanessa. **HOMOSSEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em psicologia**, v. 23, n. 3, 2015.

FARIAS, M. O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 104-115, 2010.

FERRARI, Anderson; BARBOSA, José Gabriel Couto de viveros. Homossexualidades masculinas e cidade pequena. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

HASSLER, M.L. Direitos humanos e homossexualidade: conquistas e desafios-uma contribuição. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v.3, n.1, p.22. 2010.

Mattar, L. D. (2008). Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. SUR. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, 5, 60-83.

Matthews, C. R., & Adams, E. M. (2008). Using a social justice approach to prevent the mental health consequences of hetero sexism. **Journal Primary Prevent**, 30, 11-26.

RIOS, R.R. **DIREITOS SEXUAIS DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, nd.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira. “Então me classificavam como estranho”: entre narrativas na construção do estranho no corpo de professores gays. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 4, n. 11, p. 539-557, 2019.

RIOS, Pedro Paulo Souza; ROCHABARROS, Edonilce; VIEIRA, Andre Ricardo Lucas. Narrativas de vida e formação de professores gays:(auto) biográficas acerca do estranho que habita em mim. **Educação**, v. 42, n. 1, p. 227-240, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alcoolismo 6, 87, 88, 89, 93, 94, 123

Anti-racismo 178

Atenção à saúde 7, 10, 124, 178, 179, 180, 181, 182, 197, 198, 200, 205

Autobiografia 64, 65

C

Cárcere 158, 160, 162, 163, 164, 166

Carolina de Jesus 144, 169, 170, 171, 172, 176

Ciberativismo 74, 77, 85

Corpo Humano 13, 14, 15, 16, 19, 25, 26

Currículo 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 79

D

Diversidade 25, 98, 104, 108, 113, 115, 118, 143, 170, 173, 179, 184, 185, 190

Dramaturgia de F(r)icção 64

E

Educação 1, 3, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 37, 45, 50, 51, 58, 61, 90, 94, 112, 117, 118, 121, 134, 136, 138, 143, 144, 149, 165, 167, 172, 173, 177, 192, 200, 205, 206, 207

Elza Soares 169, 170, 174, 176

Ensino de Ciências 13, 14, 16, 19, 24, 25, 26

Escola 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 152, 153, 205, 206

Escola primária 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 25, 26

Estado da Bahia 28, 30, 33, 35, 37, 38, 108, 112

Estratégias negras de resistência 169, 175

Exclusão social 116, 119, 121, 123, 126, 161

Extensão universitária 196, 199

F

Fatores psicossociais 87, 88, 89

Feminicídio 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 190

G

Gênero 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 74, 85, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 116, 117, 118, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 139, 146, 148, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161,

163, 164, 167, 170, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 206

I

Inaicyra Falcão 169, 170, 172, 176

L

Laqueadura 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105

Legislação 28, 30, 38, 49, 55, 57, 82, 129, 158, 163, 166

Lutas 41, 43, 50, 55, 68, 142, 149, 173, 184, 187, 194, 198

M

Memória 26, 50, 138, 139, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 161

Mercado de trabalho 4, 18, 46, 48, 88, 127, 128, 129, 131, 135, 136, 137, 149, 180, 183, 188

Movimentos feministas 40, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 55, 97, 154, 190

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 68, 72, 76, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 98, 100, 102, 103, 116, 129, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 166, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 114, 116, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 171, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206

Museologia 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Museu 13, 16, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

N

Normativas 79, 117, 158, 164, 165, 166, 167

P

Parteiras e doulas brasileiras 74

Participação 31, 48, 49, 55, 68, 79, 85, 100, 105, 121, 129, 133, 134, 136, 149, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 198, 202, 203

Performance 64, 65, 66, 69, 70, 72, 88, 176

Política 5, 6, 7, 8, 10, 20, 21, 27, 29, 43, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 66, 74, 79, 88, 89, 109, 120, 122, 123, 124, 125, 136, 139, 143, 148, 149, 154, 155, 156, 160, 165, 166, 171, 172, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 201, 205

Políticas para as mulheres 11, 40
Políticas públicas 30, 33, 37, 38, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 87, 89, 119, 121, 122, 124, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 199
População em situação de rua 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125
População “T” 158
Projeto ponto de cidadania 119, 120
Psicologia 87, 89, 93, 108, 109, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 200, 206

R

Redes sociais digitais 74
Relações de gênero 3, 4, 9, 11, 38, 48, 50, 52, 53, 54, 58, 60, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 137, 180, 204
Representação social 13, 23, 89, 92, 119, 122, 124, 144
Reprodução 42, 52, 54, 55, 56, 96, 97, 103, 104, 106, 107, 197

S

Saúde 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 23, 25, 27, 55, 75, 76, 79, 82, 85, 86, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 134, 163, 165, 168, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206
Saúde da família 8, 112, 193, 196, 198, 200, 205, 206
Saúde da mulher 2, 3, 7, 184, 196, 197, 198, 200, 201, 205
Saúde integral 181, 196, 200
Segregação 45, 114, 122, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137
Sexualidade 4, 15, 20, 31, 36, 75, 97, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 139, 146, 149, 155, 157, 196, 200, 201, 203, 207
Sindicalismo 148, 156

T

Trabalho 2, 4, 5, 6, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 72, 75, 76, 78, 79, 83, 88, 92, 93, 96, 99, 103, 104, 107, 108, 111, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 187, 188, 191, 193, 196, 198, 199, 202, 205, 206

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 22, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 75, 87, 90, 91, 93, 95, 106, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 122, 155, 158, 159, 160, 161, 167, 175, 181, 183, 184, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 206
Vulnerabilidade 4, 119, 121, 161, 164, 168, 193